



Revista Brasileira em Promoção da Saúde

ISSN: 1806-1222

rbps@unifor.br

Universidade de Fortaleza

Brasil

Borges Jacques, Paula  
Promoção de saúde especial  
Revista Brasileira em Promoção da Saúde, vol. 21, núm. 2, 2008, pp. 81-82  
Universidade de Fortaleza  
Fortaleza-Ceará, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40811362001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## PROMOÇÃO DE SAÚDE ESPECIAL

### *Special health promotion*

Editorial

O Decreto 3.298/99 da Constituição Federal do Brasil que regulamenta a Lei 7.859/89, considera que uma pessoa portadora de deficiência seja aquela que apresente, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidades para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano<sup>(1)</sup>.

Segundo o Ministério da Saúde, as pessoas com deficiência possuem necessidades especiais a serem sanadas<sup>(2)</sup>, enquanto que, para a Organização Mundial de Saúde (OMS)<sup>(3)</sup>, pessoa deficiente é aquela que apresenta restrições de estrutura ou funções corporais não compensadas por providências sociais. Observa-se que o conceito de deficiência permanece impreciso, sendo relacionado à incapacidade e desvantagem, segundo o CIDID (Comitê Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens)<sup>(4)</sup>.

Estima-se que 10% da população de um país<sup>(3)</sup>, ou que 1 a 4% da população mundial possa apresentar algum tipo de deficiência<sup>(5)</sup>. No Brasil, segundo o Censo Demográfico de 2002, existem aproximadamente 24,5 milhões de pessoas que apresentam algum tipo de incapacidade ou deficiência<sup>(6)</sup>. Estas têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, proclamado pela Organização das Nações Unidas desde 1975<sup>(3)</sup>.

É importante lembrar que as atividades de saúde tendem a assistir pessoas que não possuem necessidades especiais ou a prevenir deficiências, e pouco realizam para as pessoas deficientes<sup>(7)</sup>. Isso implica em cessarem as limitações de serviços oferecidos ou mesmo as discriminações educacionais<sup>(8)</sup>. Desta forma, a promoção de saúde deve ser encarada como uma variedade de recursos, incluindo prevenção, educação e políticas públicas de saúde, além da responsabilidade dos profissionais de saúde<sup>(7)</sup>, com o fim de manter e realçar os níveis existentes de saúde e bem-estar das pessoas portadoras de necessidades especiais<sup>(7)</sup>, objetivando o cuidar dessas pessoas, que possuem limitações para viver de maneira autônoma<sup>(9,10)</sup>.

Assim, a partir da descoberta de uma criança especial no seio familiar, pais e responsáveis deparam-se com profissionais de várias áreas, atuando, corrigindo, cuidando e por que não, sofrendo junto, objetivando manter e promover a saúde da criança<sup>(11)</sup>.

Inserida neste contexto, encontra-se a Revista Brasileira em Promoção da Saúde, com artigos versando sobre diferentes tipos tratamento, sob a ótica de diferentes áreas da saúde, cujo maior objetivo é o bem-estar e a promoção da saúde destes pacientes.

**Paula Borges Jacques<sup>(1)</sup>**

1) Universidade de Fortaleza

## REFERÊNCIAS

1. Ministério da Saúde (BR). Decreto nº 3298/99. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências [acesso em 2008 Abr 12]. Disponível em: [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=24199&janela=1](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/visualizar_texto.cfm?idtxt=24199&janela=1).
2. Ministério da Saúde (BR). Saúde da pessoa com deficiência: a inclusão social das pessoas com deficiência [acesso em 2008 Abr 10]. Disponível em: [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=24379&janela=1](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/visualizar_texto.cfm?idtxt=24379&janela=1).
3. World Health Organization. The WHO newsletter on disability and rehabilitation [cited 2008 Apr 14]. Available from: <http://who.int/disabilities/publications/newsletter>.
4. Amiralian MLT, Pinto EB, Ghirardi MIG, Lichtig I, Masini EFS, Pasqualin L. The concept of disability. Rev Saúde Pública [serial on the Internet]. 2000 [cited 2008 Sep 08]; 34(1):97-103. Available from: [http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102000000100017&lng=en&nr=m=iso](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102000000100017&lng=en&nr=m=iso). doi: 10.1590/S0034-89102000000100017
5. Fujiura G, Park HJ, Rutkowski-Kmitta V. Disability statistics in the developing world: a reflection on the meaning of our numbers. J Appl Res Intellect Disabil. 2005; 18:295-304.
6. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. [acesso em 2008 Mar 17]. Disponível em [www.ibge.gov.br/home/mapa\\_site.php#populacao](http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site.php#populacao).
7. Smith RD. Center for Health Program Evaluation [homepage on the Internet]. [cited 2008 Apr 18]. Health promotion and the disabled: funding issues. Available from: [www.buseco.manash.edu.au/centres/che/pubs/wp62.pdf](http://www.buseco.manash.edu.au/centres/che/pubs/wp62.pdf).
8. World Health Organization. Rethinking care from the perspective of disabled people: a new WHO report. [cited 2008 Abr 14]. Available from: <http://who.int/inf-pr-2001/em/note2001-16.html>.
9. Fuente AV. La promoción de salud ante la discapacidad. Rev Esp Salud Publica. 2008; 82(3):351-2.
10. Frey GC, Temple VA. Health promotion for Latin Americans with intellectual disabilities. Salud Publica de Méx. 2008; 50 Suppl2:167-77.
11. Hoher SP, Wagner ADL. A Transmissão do diagnóstico e de orientações a pais de crianças com necessidades especiais: a questão da formação profissional. Estud Psicol. 2006; 23(2):113-25.